

# Ministérios empregam mais

RIO — Os 29 anos que Brasília completa em abril, como capital, não tiraram a vocação pelo poder exercido pelo Rio de Janeiro. O Senadinho é apenas um exemplo de órgão federal que continua com uma representação maior que a necessária no Rio, o que era admitido na época da transferência do Poder Legislativo para Brasília, mas já deveria ter sido fechado.

Inicialmente foram transferidos os funcionários voluntários e, anos depois, os obrigados. Alguns apadrinhados conseguiram continuar no Rio num "quadro anexo em extinção", como consta na Subsecretaria de Administração de Pessoal. Misteriosamente o "em extinção" desapareceu e o "quadro anexo" permanece até hoje, até mesmo com substituição dos funcionários que se aposentaram ou morreram.

Mas o Senadinho não é o único grande cabide de empregos federal carioca. O Ministério do Trabalho tem, no Rio, uma estrutura semelhante à montada em Brasília, com arquivo, assessoria jurídica e departamento de patrimônio, entre muitos outros, como se fosse uma versão um pouco menor do Ministério em Brasília. O Ministério do Desenvolvimento

Industrial (ex-Ministério da Indústria e do Comércio) também mantém uma representação gigantesca no centro do Rio, com mais de 100 funcionários lotados — a maioria desaparecida há tempos do local de trabalho.

Outra representação que chama atenção pelo tamanho é o Ministério da Fazenda, que quer demitir mais de 90 mil funcionários públicos, mas mantém no Rio órgãos como a Comissão de Estudos Tributários Internacionais, a Coordenadoria de Assuntos Econômicos e até uma gráfica completa. Mas os campeões das representações cariocas são os ministérios militares.

O Ministério do Exército tem 571 telefones diretos e mais 31 PABX, com um número incalculável de ramais. O Ministério da Aeronáutica é ainda maior e conta com exatas 600 linhas telefônicas, mais 18 PABX. Curiosamente, o menor dos três é o Ministério da Marinha, o único que poderia aproveitar o mar como desculpa oficial.

O maior exemplo de economia de pessoal no Rio de Janeiro, pelo menos até onde se consegue saber, é o Poder Judiciário, que mantém no Rio apenas uma discreta representação, sem muito lugar para cabides.